



Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

CNPJ/MF 10.979.076/0001-64

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com eolicas@copel.com

Rua Emiliano Pernetta, 756, 4º andar - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-080

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional.....	11
2 Base de Preparação.....	12
3 Principais Políticas Contábeis	13
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
5 Tributos	20
6 Investimentos	21
7 Intangível	23
8 Outras Contas a Pagar.....	24
9 Patrimônio Líquido	24
10 Despesas gerais e administrativas	24
11 Resultado Financeiro	25
12 Instrumentos Financeiros	25
13 Transações com Partes Relacionadas	26
14 Passivos contingentes.....	26
15 Seguros	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Administração da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia ou Companhia), subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., na condição de empresa Holding, controladora de 13 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam dois complexos de parques eólicos denominados Cutia e Bento Miguel, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição do acionista, a quem a Diretoria prestará os esclarecimentos adicionais necessários.

PERFIL ORGANIZACIONAL

A COMPANHIA

Constituída em 22.06.2009, a Companhia atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

Em 31.10.2014, sete controladas da Companhia, Complexo Cutia, venderam energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 71,4 MW médios pelo preço de R\$ 144,00/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R\$ 176,64 em 31.12.2017. Os sete parques eólicos possuirão, em conjunto, 86 aerogeradores com potência de 180,6 MW e garantia física de 71,4 MW médios e estão sendo construídos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte.

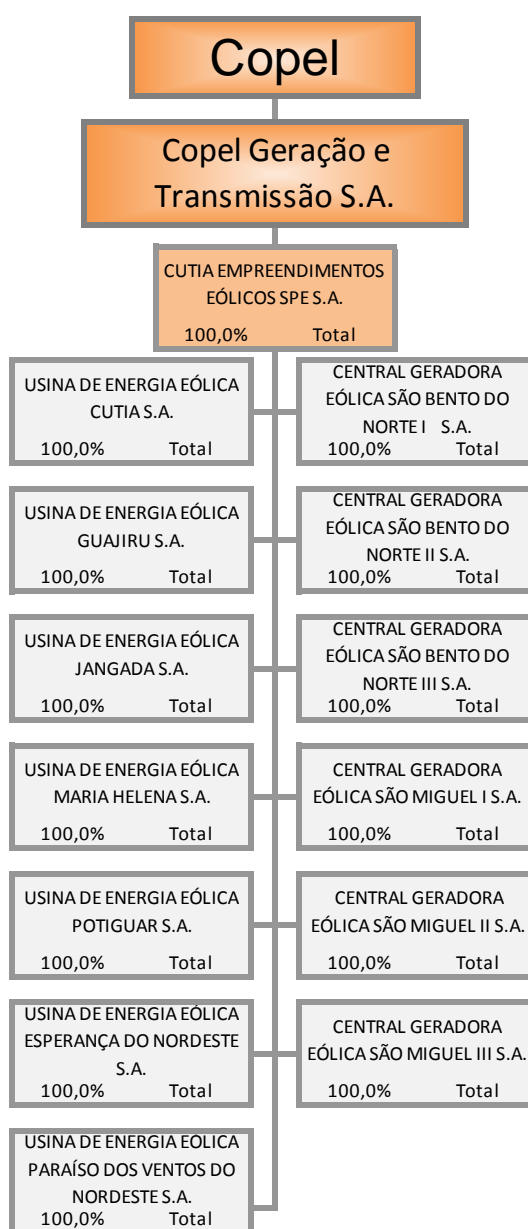
Empreendimento	Capacidade e Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Preço Atualizado	Início de Suprimento	Participação
Cutia	23,1	9,6	176,64		
Guajiru	21,0	8,3	176,64		
Esperança do Nordeste	27,3	9,1	176,64		
Jangada	27,3	10,3	176,64	julho/2018	100% Cutia
Maria Helena	27,3	12,0	176,64		
Paraíso dos Ventos do Nordeste	27,3	10,6	176,64		
Potiguar	27,3	11,5	176,64		
Total	180,6	71,4			

Em 16.12.2014, a Companhia adquiriu mais seis parques eólicos denominados Complexo Bento Miguel. Em 28.11.2014, os empreendimentos venderam energia eólica no 20º Leilão de Energia Nova (A-5) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Foram negociados 58,1 MW médios pelo preço de R\$ 136,97/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R\$ 167,16 em 31.12.2017, por meio de contratos de disponibilidade com prazo de suprimento de 20 anos.

O complexo, formado por seis parques eólicos, contará com 63 aerogeradores, cuja potência total soma 132,3 MW e garantia física de 58,1 MW médios, e está sendo construído no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, mesma região geográfica do Complexo Cutia.

Empreendimento	Capacidade e Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Preço Atualizado	Início de Suprimento	Participação
São Bento do Norte I	23,1	10,1	167,16		
São Bento do Norte II	23,1	10,8	167,16		
São Bento do Norte III	23,1	9,6	167,16		
São Miguel I	21,0	9,3	167,16	janeiro/2019	100% Cutia
São Miguel II	21,0	9,1	167,16		
São Miguel III	21,0	9,2	167,16		
Total	132,3	58,1			

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO EM 31.12.20017



OPERAÇÃO COMERCIAL

Os complexos estão em fase pré-operacional. A entrada em operação comercial dos sete parques do Complexo Cutia está prevista para julho de 2018 e a entrada em operação contratual dos seis parques do Complexo Bento Miguel é janeiro de 2019. Contudo, a expectativa da administração é que alguns aerogeradores do Complexo Bento Miguel comecem a operar a partir de Outubro de 2018. Até o final do exercício de 2017 a evolução física das obras encontra-se da seguinte forma:

Empreendimentos	Evolução Física em	Investimento	Evolução Física em	Investimento
	31.12.2016	Realizado até 31.12.2016	31.12.2017	Realizado até 31.12.2017
Maria Helena	25%	56.521	28%	145.816
Potiguar	37%	63.379	47%	148.632
Paraíso dos Ventos do Nordeste	40%	131.064	53%	148.756
Jangada	33%	59.006	34%	142.034
Cutia	42%	147.825	70%	189.598
Esperança do Nordeste	42%	143.435	58%	149.933
Guajiru	42%	63.158	72%	116.800
São Bento do Norte I	26%	20.879	42%	71.234
São Bento do Norte II	24%	19.875	42%	58.316
São Bento do Norte III	8%	10.194	42%	13.293
São Miguel I	14%	11.850	42%	28.069
São Miguel II	9%	9.363	42%	30.479
São Miguel III	10%	9.475	42%	27.898
Total		746.024		1.270.858

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2017	2016
Indicadores Contábeis		
Ativo total	645.534	475.308
Caixa e equivalente de caixa	1.648	9.292
Custos e despesas operacionais	1.132	10.648
Equivalência Patrimonial	(73.900)	(317.359)
Resultado das atividades	1.132	(10.648)
EBITDA ou LAJIDA	(72.768)	(328.007)
Resultado financeiro	(2.187)	3.002
Lucro líquido do exercício	(75.185)	(326.040)
Patrimônio Líquido	632.944	457.124
Indicadores Econômico-Financeiros		
Liquidez corrente (índice)	6,3	25,1
Liquidez geral (índice)	0,14	0,52
Participação de capital de terceiros (%)	2,0%	3,8%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-16%	-406%

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 20 de Abril de 2018.

Jamar Rossoni Clivatti
Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente FABIO ANTONIO DALLAZEM
Membros RICARDO ROTHSTEIN
JAMAR ROSSONI CLIVATTI

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
HEITOR DANTAS FILHO

DIRETORIA

Diretor Presidente/Técnico JAMAR ROSSONI CLIVATTI
Diretor de Gestão JULIO CESAR DE CASTRO MARTINS
Diretor Financeiro GERONIMO AMILTON THOMAZI

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.648	9.292
Outros créditos		-	6
Imposto de renda e contribuição social	5.1	120	130
		1.768	9.428
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	6	606.549	423.973
Intangível	7	37.217	41.907
TOTAL DO ATIVO		645.534	475.308

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		55	25
Partes relacionadas	13	95	-
Fornecedores		106	72
Imposto de renda e contribuição social	5.1	22	106
Outras obrigações fiscais	5.2	1	24
Outras contas a pagar	8	1	148
		280	375
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	4	9
Outras contas a pagar	8	12.306	17.800
		12.310	17.809
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	9	33.538	33.538
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	1.005.238	754.233
Prejuízos acumulados		(405.832)	(330.647)
		632.944	457.124
TOTAL DO PASSIVO		645.534	475.308

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
Custos Operacionais	7	(4.690)	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		(4.690)	-
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(2.532)	(2.294)
Outras receitas (despesas), líquidas	8.a	8.354	(8.354)
Resultado da equivalência patrimonial	6	(73.900)	(317.359)
		(68.078)	(328.007)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(72.768)	(328.007)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	11	903	3.385
Despesas financeiras	11	(3.090)	(383)
		(2.187)	3.002
PREJUÍZO OPERACIONAL		(74.955)	(325.005)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	5.3	(235)	(1.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	5	(9)
		(230)	(1.035)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(75.185)	(326.040)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(75.185)	(326.040)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(75.185)	(326.040)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
 em milhares de reais

	NE nº	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016		33.538	51.334	(4.607)	80.265
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	702.899	-	702.899
Prejuízo do exercício		-		(326.040)	(326.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		33.538	754.233	(330.647)	457.124
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	251.005	-	251.005
Prejuízo do exercício		-	-	(75.185)	(75.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		33.538	1.005.238	(405.832)	632.944

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(75.185)	(326.040)
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a utilização de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		2.931	-
Imposto de renda e contribuição social	5.3	235	1.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	(5)	9
Resultado da equivalência patrimonial	6	73.900	317.359
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	8	(3.665)	8.354
		(1.789)	708
Redução (aumento) dos ativos			
Outros créditos		6	5
Imposto de renda e contribuição social		10	(11)
		16	(6)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		30	8
Partes relacionadas		95	-
Fornecedores		34	6
Outras obrigações fiscais		(23)	6
Outras contas a pagar		(147)	25
		(11)	45
CAIXA (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.784)	747
Imposto de renda e contribuição social pagos		(319)	(920)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.103)	(173)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes em investimentos	6	(256.546)	(699.669)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(256.546)	(699.669)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		251.005	702.899
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		251.005	702.899
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.644)	3.057
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		9.292	6.235
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.648	9.292
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.644)	3.057

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia ou Companhia), com sede na Rua Emiliano Pernetá, nº 756, 4º andar, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Controladora ou Copel GeT) e Controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

A Companhia tem investido no desenvolvimento de projetos eólicos para a participação em leilão de energia (Ambiente de Contratação Regulada - ACR) ou em possíveis acordos de compra e venda de energia pactuados por contratos bilaterais (Ambiente de Contratação Livre - ACL).

1.1 Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedade de Propósito Específico - SPE identificadas na NE nº 6, as quais estão em fase pré-operacional e terão como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

EOL	Autorização	Vencimento
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste (a)	10.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste (a)	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada Maria Helena	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada (a)	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena (a)	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Guajiru	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar (a)	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru (a)	04.01.2042
São Bento do Norte I	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia (a)	04.01.2042
São Bento do Norte II	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I (a)	03.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II (a)	03.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III (a)	03.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I (a)	03.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II (a)	03.08.2050
	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III (a)	03.08.2050

(a) Empreendimento em construção

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

Ainda, a Companhia, de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, considerando que:

- Ela é controlada indireta da Copel, a qual foi consultada e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela Companhia;
- Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto;
- A Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, visando à emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e
- A sua Controladora indireta disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IFRS.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20.04.2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 3.6 - Arrendamentos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.4 e 6.1 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.5 - Provisões;

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.1 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com as entidades e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros

3.2.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 **Intangível**

3.3.1 Projetos em desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos eólicos é reconhecido inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a viabilidade econômica dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O ativo é reconhecido por ocasião da existência de evidências claras e objetivas da viabilidade econômica. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

Outros gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.3.2 Aquisição de projetos em desenvolvimento

Quando a Companhia adquire projetos em desenvolvimento de terceiros, é realizada uma análise da viabilidade desses projetos, e após o registro inicial a Companhia passa a revisar anualmente sua recuperabilidade ou se houver no decorrer do exercício indícios de que um projeto não é mais recuperável, é realizado o registro contábil para o resultado do exercício.

3.4 **Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente.

3.6 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2017. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.7.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda efetiva do crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38/IAS 39. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, o CPC48/IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na CPC38/IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico.

3.7.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos do CPC47/IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

O CPC47/IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração avaliou os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras.

3.7.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.7.4 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avaliou que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.7.5 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avaliou que as alterações ao CPC 28/IAS 40 não causarão impactos em suas demonstrações financeiras, pois a mesma não possui propriedades para investimento.

3.7.6 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações à IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS;
- ii) alterações à IFRS 12 – divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5; e
- iii) alterações ao IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não causará impacto sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos conta movimento	177	503
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.471	8.789
	1.648	9.292

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 98,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Tributos

5.1 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

5.2 Outras obrigações fiscais

	31.12.2017	31.12.2016
Passivo Circulante		
IRRF s/ serviços prestados	1	24
	1	24

5.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	918	3.432
(-) IOF	(156)	(344)
Base de cálculo IRPJ 8%	762	3.087
Base de cálculo CSLL 12%	762	3.087
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	183	741
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	52	285
Imposto de renda e contribuição social	235	1.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	(11)	27
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	(5)	9

6 Investimentos

6.1 Mutações do investimento

	Saldo em 1º.01.2017	Equivalência Patrimonial	Aportes e/ou AFAC	Capitalização de projetos	Saldo em 31.12.2017
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	-	(15.494)	41.607	2.506	28.619
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. - direito de autorização	2.518	-	-	(2.518)	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	-	(10.991)	32.246	2.506	23.761
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. - direito de autorização	2.519	-	-	(2.519)	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	-	2.785	918	2.278	5.981
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	-	(5.221)	14.812	2.278	11.869
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	-	(8.048)	19.317	2.278	13.547
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	-	(6.791)	16.847	2.277	12.333
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	39.856	(7.515)	23.650	-	55.991
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	36.628	(16.166)	21.309	-	41.771
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	39.681	(18.907)	20.831	-	41.605
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	84.853	6.542	30.548	-	121.943
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	35.245	(22.341)	11.191	-	24.095
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	90.642	16.270	6.285	-	113.197
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	82.875	11.977	16.985	-	111.837
	423.973	(73.900)	256.546	(70)	606.549

Em 31.12.2017 consta registrado um saldo de R\$ 322.741 (R\$ 314.464 em 31.12.2016) nas controladas referente a perdas estimadas para redução a valor recuperável de seus ativos. O cálculo do valor em uso, utilizado na análise de recuperabilidade do saldo do ativo imobilizado, considerou: premissas e orçamentos da Companhia e taxa de desconto antes dos impostos em moeda constante de 7,11% (8,06% a.a. em 2016), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação daqueles empreendimentos. O acréscimo de R\$ 8.277 no *Impairment* se justifica, principalmente, pelo aumento de capex e pelo atraso na entrada em operação do Complexo Eólico Cutia, compensado parcialmente pela: (i) revisão da taxa de desconto; (ii) melhora na premissa de energia disponível para venda no longo prazo; (iii) redução das projeções de custo operacional; e, (iv) na antecipação da entrada em operação de alguns aerogeradores dos parques do Complexo Bento Miguel.

Especificamente, os efeitos em cada Complexo são os seguintes:

- No Complexo Eólico Cutia reversão de R\$ 8.317 (provisão de R\$ 232.827 em 31.12.2016) justificada, principalmente, pela revisão da taxa de desconto e pelas revisões das projeções dos custos operacionais, parcialmente compensado pela mudança na expectativa da entrada em operação, com início a partir de julho de 2018 (em 2016 considerava a partir de outubro de 2017).
- Já no Complexo Bento Miguel o aumento da provisão de R\$ 16.594 (R\$ 81.637 em 31.12.2016) se deve, principalmente, ao aumento de capex estimado do projeto, reduzida pela alteração na expectativa da entrada em operação, com início de alguns aerogeradores a partir de outubro de 2018 (em 2016 considerava a partir de janeiro de 2019).

	Saldo em 1º.01.2016	Equivalência Patrimonial	Aportes e/ou AFAC	Saldo em 31.12.2016
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	484	(19.001)	18.517	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. - direito de autorização	2.518	-	-	2.518
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	484	(17.949)	17.465	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. - direito de autorizaçã	2.519	-	-	2.519
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	484	(9.385)	8.901	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. - direito de autorizaçã	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	440	(10.952)	10.512	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. direito de autorização	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	440	(8.753)	8.313	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. direito de autorização	2.289	-	-	2.289
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	440	(8.631)	8.191	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. direito de autorização	2.289	-	-	2.289
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	538	(23.079)	62.397	39.856
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	668	(21.572)	57.532	36.628
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	668	(23.148)	62.161	39.681
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	20.821	(54.036)	118.068	84.853
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	668	(20.641)	55.218	35.245
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	668	(52.362)	142.336	90.642
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	667	(47.850)	130.058	82.875
	41.663	(317.359)	699.669	423.973

6.2 Saldos das Controladas

6.2.1 Complexo Bento Miguel

31.12.2017	São Bento do Norte I	São Bento do Norte II	São Bento do Norte III	São Miguel I	São Miguel II	São Miguel III
ATIVO	40.718	33.334	7.598	16.059	17.422	15.947
Ativo circulante	2	1	-	-	-	-
Ativo não circulante	40.716	33.333	7.598	16.059	17.422	15.947
PASSIVO	40.718	33.334	7.598	16.059	17.422	15.947
Passivo circulante	12.098	9.572	1.617	4.187	3.873	3.611
Passivo não circulante	2	2	-	2	2	2
Patrimônio líquido	28.618	23.760	5.981	11.870	13.547	12.334
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Custos e despesas operacionais	(10.297)	(5.737)	3.851	(747)	(4.248)	(3.025)
Resultado financeiro	(2.998)	(3.064)	(3)	(3.377)	(3.010)	(2.751)
Lucro (prejuízo) do exercício	(13.295)	(8.801)	3.848	(4.124)	(7.258)	(5.776)

6.2.2 Complexo Cutia

31.12.2017	Guajiru	Jangada	Potiguar	Cutia	Maria Helena	Esperança do Nordeste	Paraíso dos Ventos do Nordeste
ATIVO	92.234	112.151	117.353	149.661	115.136	118.403	117.451
Ativo circulante	20	4	7	7	4	30	7
Ativo não circulante	92.214	112.147	117.346	149.654	115.132	118.373	117.444
PASSIVO	92.234	112.151	117.353	149.661	115.136	118.403	117.451
Passivo circulante	36.243	70.380	75.748	27.718	91.042	5.205	5.614
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	55.991	41.771	41.605	121.943	24.094	113.198	111.837
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Custos e despesas operacionais	(3.950)	(11.164)	(10.865)	8.929	(13.353)	16.318	12.275
Resultado financeiro	(3.565)	(5.002)	(8.042)	(2.386)	(8.988)	(48)	(297)
Lucro (prejuízo) do exercício	(7.515)	(16.166)	(18.907)	6.543	(22.341)	16.270	11.978

Em 31.12.2017, os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços das treze usinas eólicas em construção montavam em R\$ 701.191.

7 Intangível

Custos de desenvolvimento	Vida útil	31.12.2017	Provisão para redução ao valor recuperável	31.12.2016
Eol Alto do Oriente	20 anos	11.568	-	11.568
Eol Jandaíra	20 anos	8.119	-	8.119
Eol Pedra Grande	20 anos	6.208	(1.854)	8.062
Eol Camarave	20 anos	4.747	(1.418)	6.165
Eol Dreem Pedra Grande	20 anos	1.827	-	1.827
Eol Esperança do Nordeste	20 anos	2.374	(709)	3.083
Eol Paraíso dos Ventos do Nordeste	20 anos	2.374	(709)	3.083
		37.217	(4.690)	41.907

8 Outras Contas a Pagar

	31.12.2017	31.12.2016
Aquisição de equipamentos	12.306	9.446
Provisão para desvalorização de participação societária (a)	-	8.354
Outras obrigações	1	148
	12.307	17.948
Circulante	1	148
Não Circulante	12.306	17.800

(a) Valor referente a provisão de passivo a descoberto das controladas abaixo relacionadas:

	31.12.2017	31.12.2016
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	-	1.097
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	-	790
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	-	1.015
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	-	2.199
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	-	2.190
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	-	1.063
	-	8.354

9 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado em 31.12.2017 monta a R\$ 33.538 e é composto por 33.538 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em 31.12.2017 existe saldo de R\$ 1.005.237 (R\$ 754.233, em 31.12.2016) de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., o qual será capitalizado durante o exercício de 2018.

10 Despesas gerais e administrativas

	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal	1.200	863
Arrendamentos e Aluguéis	832	778
Indenizações	209	-
Serviços de terceiros	166	432
Seguros	16	17
Planos previdenciário e assistencial	10	46
Tributos	86	85
Outros	13	73
	2.532	2.294

11 Resultado Financeiro

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras		
Renda sobre aplicações financeiras	903	3.377
Outras receitas financeiras	-	8
	903	3.385
(-) Despesas financeiras		
IOF sobre renda de aplicações financeiras	156	344
Variação monetárias e cambiais	-	23
Outras despesas financeiras	2.934	16
	3.090	383
	(2.187)	3.002

12 Instrumentos Financeiros

12.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado - Mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	1.648	1.648	9.292	9.292
Passivos financeiros						
Fornecedores (a)		1	106	106	72	72

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.

12.2 Gerenciamento de riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

12.2.1 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

13 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2017	31.12.2016
Controlador - Copel Geração e Transmissão S.A.	24	-
Controlador - Companhia Paranaense de Energia	17	-
Entidade sob controle comum - Copel Distribuição S.A.	53	-
Entidade sob controle comum - Copel Renováveis S.A.	1	-
	95	-

A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO).

Em 2017, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 893 (R\$ 719, em 2016), e encargos sociais, no valor de R\$ 177 (R\$ 117, em 2016). A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

14 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas, por não ser provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2017 a Companhia não possuiu passivos contingentes.

15 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2019	82.700
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.10.2018	37.751
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.01.2020	26.609

D&O foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2017, de R\$ 3,3080.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: riscos diversos, transporte nacional e internacional e seguro de vida.

Os seguros de garantia contratados pela Companhia possui como avalista a Copel e/ou a Copel GeT.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA

Presidente do Conselho

/s/

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA

Conselheiro

/s/

HEITOR DANTAS FILHO

Conselheiro